

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

**Aos Senhores Acionistas,**  
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., e ao público as Demonstrações Financeiras da Inframerica Participações S.A. ("Inframerica"), com as respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2017.

**Mensagem da Administração:**  
Em 2017, o ponto de vista da Inframerica completou 60 anos de história. O ano teve como destaque positivo a posição conquistada pelo Terminal como o mais pontual do mundo na categoria de grande porte, conforme o ranking elaborado pela consultoria especializada em aviação civil, OAG. Essa vitória foi reiterada pelo estudo elaborado pela *Flight Stats*, empresa de monitoramento de voos comerciais, que colocou o Aeroporto como o único terminal aéreo brasileiro na lista de pontualidade dos aeroportos da América Latina na categoria de grande porte. O Terminal brasileiro foi considerado o sétimo na lista mundial elaborada pela *Terminal Stats*, ao lado dos aeroportos do Japão, Austrália e Turquia, com média de pontualidade de 86,44%.

O Terminal brasileiro foi também reconhecido como o mais eficiente em três categorias no Prêmio Aeroplanos + Brasil 2017, organizado pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Ao todo foram nove prêmios distribuídos entre os aeroportos mais movimentados do país e dois para companhias aéreas brasileiras. O terminal da capital federal foi o único aeroporto concedido a ser premiado, sendo o melhor nas categorias de "Check-in" e "Serviço Público Eficientes". Nas pesquisas realizadas trimestralmente pelo Ministério, o Aeroporto conquistou o 1º lugar na categoria de melhor aeroporto na opinião dos passageiros.

Outro aspecto positivo foi o aumento no número decessionários ofertando produtos, serviços e opções gastronômicas dentro do aeroporto, um incremento de 10% na oferta quando comparado a 2016. Novas marcas e mais variedades reforçaram o mix do aeroporto garantindo uma oferta mais diversificada de produtos e serviços aos passageiros.

Partes relacionadas não apresentaram evidência com novas práticas de cartões de crédito, sendo a única avaliada na América Latina e Caribe com o selo "Altamente Recomendadas". Este é o segundo ano consecutivo que as nossas Salas VIP recebem esta avaliação dos clientes do programa de benefícios de

**BALANÇO PATRIMONIAL - Em milhares de reais**

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
<b>Ativo</b>				
<b>Ativo circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5).....	11	31.658	12.080	34.156
Depósitos vinculados (Nota 11).....	-	-	77.766	68.193
Contas a receber de clientes (Nota 6).....	-	-	42.255	44.840
Tributos a recuperar (Nota 8).....	670	384	21.651	35.263
Despesas antecipadas.....	-	-	1.635	2.099
Depósitos judiciais (Nota 9).....	-	-	-	247.243
Outros ativos (Nota 10).....	56	-	2.490	3.759
	<b>737</b>	<b>32.043</b>	<b>157.867</b>	<b>435.549</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
Tributos a recuperar (Nota 8).....	-	-	42.198	42.763
Despesas antecipadas.....	-	-	-	655
Partes relacionadas (Nota 7).....	-	-	6.330	6.330
Tributos diferidos (Nota 27).....	-	-	437.377	305.947
Depósitos judiciais (Nota 9).....	-	-	3.994	588
Investimentos (Nota 11).....	2.240	135.546	80	80
Imobilizado (Nota 12).....	29	29	1.941	2.451
Intangível (Nota 13).....	2.269	135.485	3.693.637	4.127.292
	<b>3.006</b>	<b>167.528</b>	<b>4.339.403</b>	<b>4.919.124</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Recarga operacional líquida (Nota 22).....	-	-	313.622	332.630
(-) Custos dos serviços prestados (Nota 23).....	-	-	(299.111)	(267.660)
<b>Lucro operacional bruto</b> .....	-	-	14.511	64.970
Despesas de comercialização.....	-	-	(6.149)	(3.848)
Despesas administrativas (Nota 24).....	(843)	(185)	(31.822)	(34.760)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 25).....	-	-	1	(2.758)
Participação nos prejuízos de controladas.....	(133.216)	(137.281)	-	-
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro</b> .....	<b>(134.059)</b>	<b>(137.465)</b>	<b>(33.123)</b>	<b>23.605</b>
Receitas financeiras (Nota 26).....	3.866	6.559	14.043	21.222
Despesas financeiras (Nota 26).....	(3.120)	(6.960)	(373.277)	(449.204)
<b>Resultado financeiro líquido</b> .....	<b>546</b>	<b>(401)</b>	<b>(359.234)</b>	<b>(427.982)</b>
<b>Resultado operacional antes dos impostos sobre o lucro</b> .....	<b>(133.513)</b>	<b>(137.866)</b>	<b>(392.357)</b>	<b>(404.377)</b>
Imposto de renda e contribuição social (Nota 27).....	-	-	130.852	134.615
<b>Prejuízo líquido do exercício</b> .....	<b>(133.513)</b>	<b>(137.866)</b>	<b>(261.505)</b>	<b>(269.762)</b>
Participantes não controladores.....	-	-	(127.992)	(131.897)
Aos controladores.....	(133.513)	(137.866)	(133.513)	(137.866)
Prejuízo por lote de mil ações - em reais.....	(0,25)	(0,26)	(0,50)	(0,51)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais**

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b> (Nota 28).....	<b>(946)</b>	<b>1.618</b>	<b>(241.481)</b>	<b>(81.467)</b>
Aplicação financeira.....	-	-	(9.577)	(6.265)
Aumento de investimento em controlada.....	-	(31.156)	-	-
Aquisição de bens imobilizados.....	-	(25)	(152)	(74)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de investimento</b> .....	<b>32.284</b>	<b>(31.181)</b>	<b>(9.729)</b>	<b>(6.339)</b>
Integralização de capital.....	-	-	32.284	29.400
Pagamento de mútuo acionista.....	-	61.168	-	61.168
Pagamento de mútuo acionista.....	(62.985)	-	(62.985)	-
Empréstimos e financiamentos obtidos.....	-	-	381.160	20.000
Pagamento - principal de empréstimos e financiamentos.....	-	-	(50.832)	(41.254)
Pagamento - encargos e juros sobre empréstimos e financiamentos.....	-	-	(70.493)	(4.373)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b> .....	<b>(30.701)</b>	<b>61.168</b>	<b>229.134</b>	<b>64.941</b>
<b>Aumento (Diminuição) líquido em caixa e equivalente de caixa</b> .....	<b>(31.647)</b>	<b>31.605</b>	<b>(22.076)</b>	<b>(22.865)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b> .....	<b>31.658</b>	<b>53</b>	<b>34.156</b>	<b>57.021</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b> .....	<b>11</b>	<b>31.658</b>	<b>12.080</b>	<b>34.156</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Inframerica Participações S.A. ("Inframerica" ou "Companhia") e sua controlada ("Grupo" ou "Consolidado") estão sediadas em Brasília, Distrito Federal. A Inframerica Participações S.A. é uma sociedade por ações fechada, constituída em 01 de março de 2012, tendo como objeto, conforme o estatuto social, a exploração de serviços de manutenção e exploração de infraestrutura de aeroportos. A Inframerica Participações S.A. ("Inframerica") detém a participação acionária na Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A., a qual irá realizar a construção parcial, ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional de Brasília denominado Presidente Juscelino Kubitschek bem como outras atividades autorizadas, necessárias ou úteis à execução de seu objeto social, em conformidade com o disposto no Contrato de Concessão. A Inframerica Participações S.A. detém 51% de participação acionária na Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 8 de fevereiro de 2018.

**2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base da preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas sob o regime de custo histórico, com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Os procedimentos mensurados ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das ações e políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.2 Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas sob o regime de custo histórico, com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Os procedimentos mensurados ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das ações e políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os saldos fiduciários mantidos em conta corrente e em fundos de investimento de renda fixa, prontamente disponíveis para uso em qualquer momento, com prazo de vencimento inferior a 12 meses. **2.4 Ativos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. **(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, originalmente, com o propósito de negociação, ou se o reconhecimento inicial dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é baseado no reconhecimento de seu custo de aquisição. **(b) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data-base do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da categoria incluem empréstimos e recebíveis de clientes e demais contas de crédito. **2.5 Impairment e mensuração:** Os ativos financeiros são avaliados com base em sua realização esperada. **2.6 Impairment:** O reconhecimento de impairment ocorre quando o valor justo por meio do resultado é inferior ao valor contábil. **2.7 Despesas antecipadas:** As despesas antecipadas são despesas reconhecidas no balanço patrimonial antes de serem realizadas. **2.8 Imposto de renda e contribuição social diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. **2.9 Demais ativos:** Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação. **2.10 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos, incluindo custos de recuperação, independentemente de inícios os procedimentos de avaliação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seu valor residual durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção de reparo somente serão capitalizados se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem diretos e os valores foram mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados provisoriamente no relatório de incorridos. **2.11 Intangível:** O custo de aquisição de um contrato de concessão de exploração de infraestrutura, somente os bens que possam ser retirados ou negociados pelos concessionários, sem interferência do poder concedente podem ser classificados como Ativo Imobilizado e contabilizado de acordo com CPC 27. Os bens adquiridos pela Companhia e vinculados a concessão são classificados como Infraestrutura da Concessão no intangível. Os bens recebidos do poder concedente não devem ser contabilizados e classificados no imobilizado, pois são reversíveis ao final da concessão e não podem ser vendidos negociados ou vendidos pela Companhia. O poder concedente determina, porém no Contrato de Concessão que a Companhia deverá manter o controle de inventário atualizado destes bens. **2.12 Intangível:** Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. O contrato de concessão estabelecido entre a ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil e a Companhia não determina nenhuma restrição de prazo de validade para a infraestrutura construída durante a exploração da infraestrutura. As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados. A amortização do ativo intangível representado pelo reconhecimento do direito de exploração da infraestrutura e os dispêndios realizados para ampliar esta estrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo dos 25 anos da concessão. No momento do reconhecimento inicial a Companhia baseia suas estimativas em duas partes: o valor da primeira parte é estimado com base em quanto vale este direito na hipótese de se manter inalterada a capacidade operacional do aeroporto. Por consequência a segunda parte refere-se ao valor que a Companhia estima que valha esse direito após a ampliação da capacidade do aeroporto com a adição de todos os encargos financeiros diretamente atribuíveis, de acordo com o estabelecido no CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos. A Companhia começa a usufruir dos benefícios econômicos decorrentes da primeira parte desde o início da operação, enquanto sua amortização também ocorre neste momento. Por outro lado a Companhia começa a usufruir dos benefícios da segunda parte deste direito após a ampliação da capacidade do aeroporto, portanto sua amortização inicia-se após a conclusão das obras de ampliação. **(b) Infraestrutura da Concessão:** A infraestrutura dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessação de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo a infraestrutura utilizada durante o encerramento do respectivo contrato, sem direito a indenização. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar dos usuários do aeroporto pela utilização da infraestrutura e explorar receitas comerciais adicionais pela maior disponibilidade da infraestrutura que foi ampliada. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a este ativo. **(c) Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **2.12 Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. **Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. 2.13 Compromissos com o poder concedente:** O poder concedente, Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, estabelece no contrato de concessão que a Companhia pague uma contribuição fixa e outra variável durante todo o período de concessão. As contribuições fixa e variável estão registradas sob a denominação "Compromissos com o poder concedente" no passivo circulante e não circulante, considerando os prazos de liquidação inferiores e superiores ao prazo de 1 ano, descontados a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras. **(a) Outorga:** A contribuição fixa estabelecida no contrato de concessão é o valor de R\$ 4.501.132 dividido em 25 parcelas anuais iguais e consecutivas corrigidas pelo IPCA. Esta obrigação foi registrada a valor presente. A contrapartida da atualização desta obrigação pela recomposição do valor presente é correção monetária, está relacionada diretamente ao direito de concessão, registrado no ativo intangível. A contrapartida atribuída a primeira parte deste ativo que tem seus benefícios gerados desde o início da operação do aeroporto é registrada no resultado do exercício como despesa financeira. Por sua vez, a contrapartida atribuída à segunda parte deste ativo, é registrada como adição ao seu custo enquanto este ativo estiver em andamento. Com sua entrada em operação, os encargos financeiros passam a ser registrados no resultado do exercício. **(b) Contribuição Variável:** A contribuição variável é calculada sobre o total das receitas brutas, tarifárias e não tarifárias da Companhia. O percentual aplicado é de 2% até um limite de receita anual estipulado pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, e após este limite o percentual aplicado é de 4,5%, reconhecidos por competência. O limite estabelecido em 2017, conforme contrato de concessão, foi de R\$ 519.370 (2016 - R\$ 462.116), valor já atualizado pela inflação acumulada. O pagamento desta contribuição ocorrerá sempre na data de apresentação das demonstrações financeiras, já auditadas, para a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC. O limite estabelecido no contrato de concessão para esta apresentação é no dia 15 de maio do exercício subsequente. **2.14 Provisões:** Não foi constituída provisão para manutenção, pois não foram identificados custos relevantes relacionados no contrato de concessão que obrigam a Companhia a recuperar a infraestrutura explorada. **2.15 Demais passivos circulantes:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante. **2.16 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e foram registradas com base na competência contábil. A receita é apresentada líquida dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A receita é reconhecida no momento em que o fluxo de caixa é gerado, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **(a) Receitas tarifárias:** A Companhia obtém receitas através da cobrança de tarifas aos usuários da infraestrutura aeroportuária. Os limites máximos de cada tarifa são estabelecidos pelo poder concedente através do Anexo 4 do contrato de concessão e são atualizadas anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. As receitas tarifárias são afetadas ainda por dois fatores: X e Q. O fator X foi estabelecido para captar as variáveis associadas à produtividade e eficiência da indústria aeroportuária, podendo gerar efeito positivo ou negativo nas tarifas e o início da sua aplicação ocorre a partir do terceiro ano da concessão, contados a partir da data de eficácia do contrato, 24 de julho de 2012. O fator Q mensura a qualidade dos serviços prestados através de parâmetros estabelecidos no PEA-Plano de Exploração Aeroportuária e poderá afetar positiva ou negativamente as tarifas. O fator Q produzirá efeitos no reajuste tarifário a partir do primeiro ano de operação integral do aeroporto pela concessionária. A partir desse marco temporal, os decréscimos decorrentes da redução de custos que lhe foram concedidos, estarão revertidos para o usuário. **(b) Receitas não tarifárias:** A Companhia também obtém receitas explorando outras atividades no aeroporto como cessão de espaços que lhe foram concedidos, estacionamento e serviços de telecomunicações às empresas e instituições que estão no sítio aeroportuário. Estas receitas não são regidas por nenhuma regra estabelecida pelo poder concedente e são negociadas livremente entre as empresas interessadas. **2.17 Normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes novas normas foram emitidas pelo

Salas VIP Priority Pass. Outro ponto importante para relembrar foi o investimento em segurança. A Inframerica adquiriu mais um caminhão de combate a incêndio para o Aeroporto ampliou a atual frota para oito veículos, possibilitando assim uma melhor preparação para eventuais emergências. A transparência, construção das relações empresariais e a reputação da marca, foram pontos importantes para o desenvolvimento de uma política estrita de Governança Corporativa na Inframerica. Em 2017 a empresa desenvolveu e divulgou seu Código de Ética e Conduta e treinou seus funcionários e fornecedores. Além disso, implementou um Canal de Denúncia independente e instituiu um Comitê de Ética e Compliance. Com isto a empresa garante a integridade, a auditabilidade de seus processos e a confiança na construção de suas relações.

Em 20 de dezembro de 2017, a Inframerica liquidou integralmente os saldos de outorga de 2016 e 2017 e ainda efetuou o pagamento antecipado de parte da outorga fixa de 2018 dentro dos parâmetros publicados na Portaria nº 135/2017, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, demonstrando o comprometimento dos seus acionistas em continuar crescendo no país.

**Destques econômico-financeiros:**

A Receita Líquida de 2017 não obteve o crescimento projetado, reduzindo 6% em relação a 2016. A melhora no cenário econômico brasileiro no 2º semestre de 2017 foi insuficiente para manter a projeção de resultado da companhia, dado que tivemos redução na movimentação de passageiros em relação a 2016, com reflexo em renegociação de parte dos contratos comerciais.

Já os gastos operacionais, neste mesmo ano, reduziram cerca de 5% em relação ao ano anterior, em montante aproximado de R\$ 6,6 milhões. Essa redução foi resultado de um esforço da Companhia para racionalizar custos e despesas, sempre atentando à manutenção do nível adequado de atendimento aos clientes e às normas de segurança e operação. Vale ressaltar que o ganho real, ou seja, se levamos em consideração a inflação de 2017, esta redução seria muito maior. Um dos destaques do ano de 2017 foi a redução nos gastos com energia elétrica. A Inframerica passou a comprar energia no mercado livre no início do 2º semestre de 2017. Esta decisão gerou uma redução de 7% nos gastos com energia, o que significou uma economia anual de quase R\$ 1 milhão.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
<b>Passivo</b>				
<b>Passivo circulante</b>				
Salários e encargos sociais (Nota 14).....	-	-	12.964	11.345
Impostos a pagar (Nota 15).....	350	151	33.956	43.540
Empréstimos e financiamentos (Nota 16).....	-	-	691.223	63.360
Tributos a recolher.....	4	513	8.638	2.296
Compromissos com o poder concedente (Nota 17).....	-	-	37.070	514.357
Adiantamento de cliente (Nota 18).....	-	-	13.219	15.246
Outros passivos (Nota 19).....	-	-	32.426	31.970
	<b>354</b>	<b>664</b>	<b>829.496</b>	<b>682.114</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
Tributos a recolher.....	-	-	5.264	5.973
Adiantamento de clientes (Nota 18).....	-	-	95.977	80.391
Empréstimos e financiamentos (Nota 16).....	-	-	688.925	957.632
Partes relacionadas (Nota 7).....	1.632	64.615	6.446	69.440
Compromissos com o poder concedente (Nota 17).....	-	-	2.707.045	2.889.054
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e civis (Nota 20).....	-	-	3.074	9.127
	<b>1.632</b>	<b>64.615</b>	<b>3.506.735</b>	<b>4.004.617</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social (Nota 21).....	484.027	451.743	484.027	451.743
Prejuízos acumulados.....	(483.007)	(349.494)	(483.007)	(349.494)
	<b>1.020</b>	<b>102.249</b>	<b>1.020</b>	<b>102.249</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b> .....	<b>3.006</b>	<b>167.528</b>	<b>4.339.403</b>	<b>4.919.124</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais**

	Atribuível aos acionistas da Controladora			
	Capital social		Prejuízos acumulados	Participação dos não controladores
	Subtotal	A integralizar	Integralizado	Total
<b>31 de dezembro de 2015</b> .....	<b>524.188</b>	<b>(72.445)</b>	<b>451.743</b>	<b>240.115</b>
Provisão para amortização.....	-	-	-	(23.393)
Prejuízo do exercício.....	-	-	-	(137.866)
Prejuízo do exercício.....	-	-	-	(137.866)
<b>31 de dezembro de 2016</b> .....	<b>524.188</b>	<b>(72.445)</b>	<b>451.743</b>	<b>102.249</b>
Integralização de capital (Nota 21).....	-	-	32.284	32.284
Prejuízo do exercício.....	-	-	-	(133.513)
<b>31 de dezembro de 2017</b> .....	<b>524.188</b>	<b>(40.161)</b>	<b>484.027</b>	<b>1.020</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais**

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Recarga.....	-	1	399	

	Pagamento do exercício (Consolidado)					Juros incorridos	Valor contábil
	Menos de 1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos	Total		
Empréstimos e Financiamentos	691.223	207.227	207.014	620.251	1.725.715	(345.567)	1.380.148
Compromisso com o Poder Concedente	37.070	560.277	609.498	7.420.616	8.627.461	(5.883.342)	2.744.119
Fornecedores	33.956	-	-	-	33.956	-	33.956
Partes relacionadas	-	-	-	6.446	6.446	-	6.446
Outros passivos	32.426	-	-	-	32.426	-	32.426
<b>Total</b>	<b>794.675</b>	<b>767.504</b>	<b>919.810</b>	<b>7.944.015</b>	<b>10.426.004</b>	<b>(6.228.909)</b>	<b>4.197.095</b>

4.7 Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que o saldo de contas a receber de clientes e contas a pagar de fornecedores com base no valor contábil, menos perdas (impairment) no caso de contas a receber, são próximos de seus valores justos. Os valores justos dos passivos financeiros, para fins de divulgação, são estimados pelo desconto do fluxo de caixa contratual futuro com a taxa de juros de mercado vigente disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Os empréstimos são apresentados a valor justo. 4.8 Capital circulante líquido consolidado: No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta um capital circulante líquido negativo de R\$ 363 e o Grupo apresenta um capital circulante líquido negativo consolidado de R\$ 671,629 devido, principalmente, ao reconhecimento da outorga fixa (compromisso junto ao Poder Concedente). Para fazer frente a esta obrigação está presente no Plano de Negócios da Companhia aportes de capital efetuado por seus acionistas e liberação de linhas de crédito, até que a operação entre em capacidade plena e alcance a maturidade do negócio.

**5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Caixa	-	-	10	10
Contas Correntes	11	31.658	5.564	32.385
Aplicação Financeira	-	-	6.506	1.761
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>31.658</b>	<b>12.080</b>	<b>34.156</b>

5.1 Depósitos vinculados:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Garantia Empréstimo CDB (a)	1.199	68.189
Garantia Empréstimo Fundo (b)	76.567	-
<b>Total</b>	<b>77.766</b>	<b>68.189</b>

(a) As aplicações financeiras são Certificados de Depósitos Bancários de curto prazo, a uma taxa média de 99,70% do CDI, com liquidez imediata. Aplicação liberada em dezembro de 2017 com cancelamento do seguro judicial para quitação da outorga do exercício de 2016. (b) Quotas de Fundo de Investimento, a uma taxa média de 98,07% do CDI, com liquidez imediata. As aplicações financeiras vinculadas às contas garantias têm por finalidade solver as parcelas da dívida de longo prazo, conforme o contrato de empréstimo do BNDES e CEF.

**6 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Atividades tarifárias	-	-	10	10
Capital Sócios	-	-	16.162	19.179
Aeronaves	-	-	5.177	5.587
Cargas	-	-	675	380
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>22.014</b>	<b>25.146</b>
Atividades não tarifárias	-	-	29.808	26.818
Cessão de Espaço	-	-	4.908	4.236
Outros	-	-	34.616	31.054
Perda Estimada	-	-	(14.375)	(11.360)
Vencidos a mais de 3 meses	-	-	(14.375)	(11.360)
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>42.255</b>	<b>44.840</b>

**Movimentação perda estimada**

Saldo em 31 de dezembro de 2016	Saldo em 31 de dezembro de 2015
(11.360)	(9.728)
(10.154)	(7.899)
7.139	6.267
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>
<b>(14.375)</b>	<b>(11.360)</b>

**7 PARTES RELACIONADAS**

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
<b>Ativo:</b>				
Contas a receber - Cessão de espaço	-	-	2.223	939
Infraero - Acionista direto (a)	-	-	-	4.107
<b>Despesas a recuperar</b>				
Infraerica ASGA - Participante indireto (b)	-	-	-	1.284
Infraero - Acionista direto (c)	-	-	-	6.330
<b>Passivo:</b>				
Gastos com Obra - Contrato EPC	-	-	-	2.022
Engexiv Engenharia S.A. - Participante indireto (d)	-	-	-	-
<b>Despesas a pagar</b>				
Infraerica Concessionária do Aeroporto de Brasília	1.632	1.630	-	-
<b>Custos compartilhados incorridos na transição</b>				
Infraero - Acionista +direto (e)	-	-	6.446	4.433
Mútuo	-	-	-	-
Corporación América Airports S.A.	-	62.985	-	62.985
<b>Total</b>	<b>1.632</b>	<b>64.615</b>	<b>6.446</b>	<b>69.440</b>

As transações entre partes relacionadas são realizadas em valores, prazos e taxas, considerando a natureza e características das transações.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
<b>Resultado:</b>				
Recuperação de Gasto com Obra - Contrato EPC	-	-	-	-
Engexiv Engenharia S.A. - Participante indireto...	-	-	(293)	-
<b>Custos compartilhados</b>				
Infraero - Acionista direto (e)	-	-	2.014	-
<b>Despesas a recuperar</b>				
Infraerica ASGA - Participante indireto.....	-	-	(59)	96
Mútuo	-	-	-	-
Corporación América Airports S.A.	(1.694)	2.328	(1.694)	2.328
<b>Total</b>	<b>(1.694)</b>	<b>2.328</b>	<b>261</b>	<b>2.131</b>

(a) Cobrança de espaços utilizados pela Infraero no sítio aeroportuário. (b) Recuperação de despesas operacionais, dentre elas salários e encargos. (c) Cobrança realizada pela Infraero de valores de telefonia devidos a Companhia. (d) Prestação de serviços de engenharia e elaboração de projetos. (e) Custo de pessoal, materiais e outras despesas devidas a Infraero. 7.1 A Remuneração dos diretores e das pessoas-chaves da Administração no exercício findo em dezembro de 2017 é a seguinte:

	Consolidado	
	Exercício findo em 31 de dezembro 2017	Exercício findo em 31 de dezembro 2016
Remuneração fixa anual	8.902	7.231
Salário ou pró-labore	247	203
Benefícios	9.149	7.434

**8 TRIBUTOS A RECUPERAR**

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
<b>Circulante</b>				
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	625	341	11.160	8.389
Contribuição social e lucro líquido - CSLL	40	40	638	483
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	-	-	158	146
Programa de integração social - PIS (a)	1	1	9.385	5.230
Contribuição para o finan. da seguridade social - COFINS (a)	4	2	4	20.777
Outros	670	384	21.651	35.263
<b>Total</b>	<b>670</b>	<b>384</b>	<b>21.651</b>	<b>35.263</b>

(a) Crédito de PIS/COFINS da aquisição de ativo intangível segregado entre circulante e não circulante de acordo com a expectativa de realização.

**9 DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
<b>Circulante</b>				
Depósitos Judicial - Cível (a)	-	-	247.243	247.243
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>247.243</b>	<b>247.243</b>
<b>Não Circulante</b>				
Depósitos Judicial - Cível	-	-	3.792	362
Depósitos Judicial - Trabalhista	-	-	197	222
Depósitos Judicial - Tributário	-	-	5	4
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3.994</b>	<b>588</b>
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3.994</b>	<b>247.831</b>

(a) Em 20/12/2017, a Companhia realizou uma operação financeira para honrar com as parcelas da outorga referente ao exercício de 2016 e 2017 e antecipar parcialmente a parcela de 2018 no valor de R\$ 118.935 milhões. A companhia resgatou também R\$ 246.114 milhões que estava depositado em juízo, para complementar o pagamento da outorga. Tal movimentação explica variação de saldo no circulante.

**10 OUTROS ATIVOS**

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
<b>Circulante</b>				
Outros adiantamentos	56	1	386	139
Materiais de manutenção a consumir	-	-	1.370	3.189
Benefícios a funcionários	-	-	606	308
Outros	56	1	2.480	3.759
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>1</b>	<b>2.480</b>	<b>3.759</b>

**11 INVESTIMENTO**

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
<b>Circulante</b>				
Investimento em Infraerica	-	-	-	-
Concessionária.....	51%	601.800.000	135.456	(133.216)
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>135.456</b>	<b>(133.216)</b>
<b>Não Circulante</b>				
Investimento em Infraerica	-	-	-	-
Investimento em Infraerica Concessionária	-	-	-	-
Ativo	4.459.203	-	4.459.203	-
Passivo	4.454.812	-	4.454.812	-
Patrimônio líquido	-	-	4.391	-
Aquisição	-	-	99.000	-
Prejuízo acumulado 2016	-	-	(679.399)	-
Prejuízo do exercício 2017	-	-	(261.210)	-
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4.391</b>	<b>(679.399)</b>

(a) Controladora: A participação em Controlada, avaliada pelo método da equivalência patrimonial, foi avaliada de acordo com o balanço patrimonial da referida investida em cada data-base.

(b) Informações sobre os investimentos da controladora: A Controlada é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) formada pela participação societária da Infraerica Participações S.A. com 51% e da Infraero com 49%, foi constituída em 18 de maio de 2012. A Controlada não possui ações negociadas em Bolsa de Valores e tem como principal objetivo social a prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária.

**12 IMOBILIZADO**

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
<b>Circulante</b>				
Instalações	-	100	934	2.008
Máquinas e equipamentos	-	20	5	49
Móveis e utensílios	-	(30)	(105)	(665)
Equipamentos de informática	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>70</b>	<b>834</b>	<b>2.451</b>
<b>Não Circulante</b>				
Aquisição	-	-	1	152
Transferências	-	-	4	22
Depreciação do Imobilizado	-	(34)	(106)	(684)
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>152</b>

**13 INTANGÍVEL**

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
<b>Circulante</b>				
Amortização	-	-	-	-
Amortização do intangível	-	(40.819)	(88.915)	(111)
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>(40.819)</b>	<b>(88.915)</b>	<b>(111)</b>

	Infraestrutura		Consolidado	
	Em andamento	Em operação	Outorga de Concessão	Projetos em andamento
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>35.761</b>	<b>1.258.221</b>	<b>2.820.416</b>	<b>4.718</b>
Aquisição	14.594	8.852	170.263	1.945
Transferências	(31.980)	27.988	-	2.517
Baixa de intangível	(1.436)	(6.943)	-	1.453
Capitalização AVP	-	-	571	-
Capitalização CM	-	-	231	-
Ajuste da taxa de desconto	-	-	(454.889)	-
Amortização	-	-	-	(259)
Amortização do intangível	-	(44.963)	(122.727)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>16.939</b>	<b>1.243.155</b>	<b>2.413.865</b>	<b>6.663</b>

Na Controladora há saldo de R\$ 29 registrado nas rubricas Projetos em andamento. A companhia realizou testes de impairment no exercício de 2017 e foi verificado que não há evidências objetivas de reconhecimento dessa provisão.

**14 SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS**

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Impostos de Renda - IRRF	-	-	732	954
FGTS a recolher	-	-	727	815
INSS a recolher	-	-	2.324	2.591
Férias a pagar	-	-	4.222	4.661
Remuneração variável	-	-	4.761	2.314
Outros	-	-	198	10
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>12.964</b>	<b>11.345</b>

**15 FORNECEDORES**

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Fornecedores nacionais	350	151	33.217	42.523
Fornecedores estrangeiros	-	-	739	1.017
<b>Total</b>	<b>350</b>	<b>151</b>	<b>33.956</b>	<b>43.540</b>

**16 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
<b>Circulante</b>				
Empréstimo BNDES/CEF	-	-	732	954
Capital de giro	-	-	80.256	11.457
Nota promissória comercial	-	-	300.508	-
Finame - Equipamentos	-	-	338	-
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>691.223</b>	<b>63.360</b>
<b>Não circulante</b>				
Empréstimo BNDES/CEF	-	-	688.065	957.632
Finame - Equipamentos	-	-	860	-
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>688.925</b>	<b>957.632</b>
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.380.148</b>	<b>1.020.992</b>

Movimentação de empréstimo

Saldo em 31 de dezembro de 20
-------------------------------

José Luís Menghini - Diretor Presidente

Paulo Junqueira de Arantes Filho - Diretor Financeiro

Bruno Souza Ferreira da Silva - Contador - CRC: BA 023534/O-5 "S" DF

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Aos Srs. Administradores e Acionistas **Inframerica Participações S.A.****Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Inframerica Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Inframerica Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Inframerica Participações S.A. e da Inframerica Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros assuntos****Demonstrações do Valor Adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os

aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

• Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 8 de fevereiro de 2018

**PricewaterhouseCoopers**  
**Auditores Independentes**  
 CRC 2SP000160/O-5

**Guilherme Naves Valle**  
 Contador CRC 1MG070614/O-5